

A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GERAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Autores: ANDRÉIA ASSUNÇÃO, FÁBIO DA SILVA GONÇALVES

Introdução

As políticas públicas são de extrema relevância para a compreensão da dinâmica territorial brasileira. Igual modo se gesta no território rural, um espaço marcado historicamente pelas desigualdades socioeconômicas e exploração/expropriação do homem do campo. Isto posto, a que este texto pretende é descrever brevemente o processo histórico de consolidação das políticas públicas no Brasil para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica.

Material e métodos

Este artigo é resultado do estudo da disciplina “Agricultura Familiar” do Programa de Mestrado Associado UFMG/Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, tendo como material básico para sua construção, a utilização de textos de autores que apoiam seus estudos sobre os conceitos de Agricultura Familiar, Território, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. Portanto, esse trabalho foi construído por meio do método científico, adotando as características de pesquisa bibliográfica.

Resultados e discussão

Após a Revolução Industrial Inglesa houve a disseminação no mundo de uma nova ideologia na forma de produção e das relações de trabalho. Essa revolução teve campo de atuação para muito além da implantação das indústrias e crescimento das cidades, uma vez que implicou também mudanças no sistema de produção do campo, introduzindo um modelo padrão de produção baseado na produção em larga escala. Tudo isso resultou na necessidade de terras para ampliação das lavouras, impactou de forma negativa a pequena produção e a pequena propriedade e acirrou ainda mais a concentração de terras, fato comum no Brasil desde o período colonial.

Muitos dos camponeses, que geralmente possuíam pequenas parcelas de terra ou que trabalhavam na terra sem ter posse da mesma, foram excluídos desde processo, sendo obrigados a venderem suas terras e se deslocarem para cidades, tornando-se mão-de-obra assalariada e também consumidora das mercadorias produzidas nas indústrias. Muitos estudiosos tanto europeus quanto brasileiros dedicaram-se a construção de obras clássicas a fim de analisar a situação dos camponeses frente às imposições e contradições do sistema capitalista, o qual fundamenta toda a relação de produção/consumo tanto de produtos industrializados quanto àqueles provenientes do setor agropecuário. Neste sentido, pode-se citar as obras clássicas de Lênin (1901), Kaustsky (1968), Chayanov (1966) na Europa; e Woortnam (1990), Abramovay (2000), Martins (1986); Zé Eli, Wilkison e Graziano da Silva no Brasil.

Todos estes autores, notadamente aqueles que analisaram o impacto do capitalismo sobre o campesinato, questionavam sobre o futuro deste, que mesmo em situação de exclusão e subordinação, não desapareceu. E ainda, perceberam que o capitalismo além de não ser capaz de levar o camponês ao desaparecimento, não dava conta de explicar as relações socioeconômicas que moldavam o modo camponês de viver e manifestar-se nas relações com o ambiente.

Até as décadas de 1960 e 1970, vários estudos se dedicaram a analisar tanto o processo de lutas dos camponeses, quanto as estratégias que estes criaram para se fazer permanecer. Por sua vez, foi a partir dos anos de 1990, período marcado pela redemocratização do país, assim como da constatação da existência de uma imensa desigualdade regional e do intenso índice de pobreza principalmente no meio rural, é que o governo federal passou a criar políticas públicas voltadas à redução tanto das desigualdades regionais como da pobreza rural, como é o caso da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no Brasil.

No entanto, estas políticas possuíam um caráter centralizado e setorial, ou seja, eram pensadas no âmbito do governo federal para serem implantadas nas regiões e atendiam somente as grandes lavouras, não levando em consideração as particularidades regionais e muito menos atendendo os pequenos produtores. Esta forma de se pensar políticas públicas revelou a incapacidade das mesmas de reduzir as desigualdades regionais assim como a pobreza, notadamente a pobreza rural.

Na década de 1990, mais precisamente no ano de 1997, o governo federal iniciou a criação de políticas para atender à agricultura familiar, graças às reivindicações dos movimentos sociais que culminaram com a realização do Fórum da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Uma destas políticas refere-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), teve forte impacto sobre a categoria de agricultores familiares e constituiu a base para se pensar em outras políticas, que posteriormente foram criadas, tendo como foco central a agricultura familiar como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A propósito, O PRONAF é um programa que visa oferecer subsídios aos agricultores familiares, como crédito agrícola e acesso aos mercados locais, a partir da criação de cadeias curtas de produção/comercialização em áreas de estabelecimento rural ou áreas comunitárias adjacentes.

Foi no início dos anos 2000, que o governo inaugurou um novo jeito de se pensar políticas públicas que rompessem com o caráter centralizado e setorial que caracterizavam até aquele momento as políticas de desenvolvimento do país. Para isso, foi adotado o enfoque territorial, como base da criação de políticas públicas, sendo uma recomendação tanto das agências multilaterais quanto de demandas que emergiram localmente. O enfoque territorial foi pensado como possibilidade de ampliação da ação das políticas públicas, já que a escala municipal era vista como muito pequena e a escala estadual como muito ampla, então a criação do território, se enquadrava em uma escala intermediária.

A esta maneira, cumpre ressaltar que os territórios passam a ter caráter socioeconômico a partir do momento em se constituem em face da organização social coletiva. A disputa e a necessidade de uso dos recursos advindos da terra engendram a (re)organização do espaço como aponta Lefebvre (2000). Assim, o território e as territorialidades que o consubstancia se dá a partir das relações estruturais fundamentadas pelos diversos agentes sociais que o torna dinâmico. Em face disso, Pedon (2013) traz à cena a expressão “relação socioterritorial” para caracterizar a perspectiva social do território e, assim, as políticas desenvolvimentistas que o tangencia.



Sob esta ambulação, não é despropositado afirmar que é possível visionar as diversas atuações que sucedem o território, entre os quais a máquina política, comumente de cunho exploratório, e a sociedade civil, do substrato e dos recursos (não apenas os naturais) desse espaço, o que se percebe ao analisar as políticas públicas para a agricultura familiar no território brasileiro.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Portanto, o enfoque territorial passou a direcionar as criação e implantação das políticas públicas no Brasil, objetivando alcançar um desenvolvimento rural e sustentável, a partir do incentivo a uma maior participação e governança destas políticas pela sociedade civil e também por meio da formação de arranjos produtivos locais, os quais seriam responsáveis pela geração de um desenvolvimento autônomo e endógeno, que levaria em consideração as demandas surgidas no território pelos próprios atores sociais.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.
- GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semiárido e dos Cerrados nordestinos**. Brasília: IPEA, 2001.
- HEREDIA, Beatriz M^a A. de. **A MORADA DA VIDA - Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: 2013.
- JESUS, C. M. **Desenvolvimento territorial rural: uma análise comparada entre territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha**. Tese (doutorado em economia), UFU, 2014.
- KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. Ed. Laemmert. Rio de Janeiro: 1968.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fevereiro 2006.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes 1986.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião: SUDENE. Nordeste. Planejamento e conflitos de classe**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ORTEGA, César. **Políticas Públicas Territórios Rurais no Brasil**. In: Desenvolvimento em Territórios Rurais: Estudos comparados de Brasil e Espanha. Campinas: Ed. Alínea, 2015.
- PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.